

Imigrantes, lideranças e inserção: os filhos de japoneses na política, 1947-1969¹

Este trabalho investiga a inserção de dois personagens na esfera política brasileira: Yukishigue Tamura (1915-2011) e Fábio Riodi Yassuda (1922-2011). Devido ao seu ineditismo, em seus respectivos contextos ambos os casos foram considerados emblemáticos. No meio nativo, eles exemplificavam a trajetória de êxito vislumbrada pela população de origem japonesa residente no Brasil em meio a um universo de oportunidades econômicas e sociais antes inacessíveis ao grupo. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, Tamura foi o primeiro filho de imigrantes japoneses a ocupar um cargo político quando, em 1947, foi eleito vereador do município de São Paulo. Secretário de Abastecimento do município de São Paulo e Vice-Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia – um dos mais significativos empreendimentos fundados por japoneses –, Yassuda foi o primeiro filho de imigrantes japoneses a ocupar um cargo ministerial em toda a América Latina quando, em 1969, foi nomeado Ministro da Indústria e Comércio na presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-74).

A análise aqui desenvolvida tem como objetivo identificar os condicionantes sociais que possibilitem uma melhor compreensão dos respectivos casos de inserção desses filhos de estrangeiros às esferas de poder e decisão política. Busca-se demonstrar a qualidade explicativa de fatores biográficos e relacionais, dos interesses de agentes e grupos, bem como de condicionantes estruturais de natureza política na tarefa de examinar o acesso de filhos de imigrantes japoneses às esferas de poder e decisão política a partir do final da década de 1940.

É analisada a participação desses dois personagens na conformação de um espaço singular de sociabilidade da coletividade japonesa em São Paulo: um núcleo de lideranças que convergia expoentes empresariais, intelectuais e políticos. A despeito de representar um grupo numericamente restrito, os seus membros foram protagonistas na produção e na disseminação de ideias e valores sobre a condição social dos estrangeiros na sociedade

¹ Este trabalho é parte constitutiva de uma tese de doutorado apresentada no ano de 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor. A pesquisa obteve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante período de estágio doutoral na Princeton University, Estados Unidos.

local, bem como ao longo do tempo buscaram de formas variadas conceber projetos que pudessem resultar de maneira geral em benesses pelas vias da incorporação. Este estudo se situa na interface dos campos da sociologia histórica das migrações e da sociologia econômica. Mediante uma aproximação com o campo da história social, busco oferecer uma modesta e tentativa contribuição para o diálogo interdisciplinar sobre elites e lideranças que envolve as áreas da história, da ciência política e da sociologia, identificado por Heinz (2011).

É argumentado que as duas trajetórias examinadas são parte constitutiva de processos dinâmicos de modificação bilateral dos marcadores de diferença, que relacionaram a população de origem japonesa e a sociedade local em conjunturas políticas variadas ao longo do século XX, como o Estado Novo (1937-45), o período de intervalo democrático (1945-64) e o regime militar (1964-85). Esses processos adquiriram formas específicas, a depender das condições de realização ofertadas pelos diferentes regimes políticos. Embora condicionantes político-estruturais se apresentassem aos grupos estrangeiros como um forte vetor de influência em processos de negociação dos marcadores de diferença e aceitação, isso configurou cenários mais gerais em que a experiência migratória dos japoneses se realizou. Acredito, contudo, haver espaços relacionais em que projetos de incorporação adquiriram significados próprios e qualitativamente diferenciados, e um desses espaços foi o circuito de lideranças da coletividade japonesa em São Paulo.

Assim como ocorreu com outros grupos de origem estrangeira residentes na cidade de São Paulo na segunda metade do século XX (a exemplo dos sírios e dos libaneses), expoentes de origem japonesa – geralmente impulsionados pelo sucesso profissional, artístico-intelectual ou nos negócios – assumiram posições de liderança e visibilidade na “colônia” (ou seja, entre aqueles para quem a ancestralidade adquiria um sentido de pertencimento), bem como inauguraram experiências de incorporação em circuitos restritos de sociabilidade da sociedade local. Esse tipo seletivo de inserção de grupos e indivíduos parece indicar a reprodução de uma das características da sociedade paulista republicana: uma ordem social hierarquizada em que a posse de determinados bens materiais ou simbólicos (ou mesmo a conjunção deles) geralmente representava uma condição de legitimidade necessária para a distinção, capitalizada por lideranças políticas e porta-vozes de coletividades. *Mutatis mutandis*, frações de indivíduos de origem japonesa residentes em São Paulo buscaram se projetar frente à sua coletividade e perante

a sociedade local sob essa lógica de visibilidade social, formulando estratégias diversas que visavam a maior aceitação e garantia de oportunidades para o grupo de pertencimento em períodos de regimes políticos bastante particulares, que intercalaram ditadura e democracia.

Entre outros personagens, Yukishigue Tamura e Fábio Yassuda foram ativos partícipes desse grupo de lideranças, e o exame de seu universo de relações parece indicar que os fatores que resultaram no seu acesso às esferas de poder e decisão política são mais complexos e diversos do que sugerem abordagens anteriores dedicadas ao estudo de políticos filhos de imigrantes japoneses, como é o caso de Sakurai (1993). A análise de indivíduos situados em posições privilegiadas em relação ao grupo de origem revela a relação de interdependência, por vezes negligenciada, entre dimensões relevantes em que a experiência social se manifestou no percurso de uma parcela de imigrantes japoneses no estado de São Paulo: as atividades econômicas, a política e a cultura.

O núcleo de sociabilidade que congregava os porta-vozes da coletividade japonesa era composto por expoentes do universo empresarial, diplomático, artístico e intelectual. Esse núcleo de sociabilidade passou a adquirir contornos específicos a partir da década de 1920 e esteve situado no Bairro da Liberdade, região central da cidade de São Paulo. Caracterizado como o lugar da “intelectualidade” japonesa pelo pintor e memorialista Tomoo Handa (1987), esse espaço social era portador de uma dinâmica interna, tendo sofrido modificações em sua composição e nos interesses de seus membros ao longo do tempo.

A partir da década de 1930 indivíduos de segunda geração, filhos de imigrantes japoneses, passaram a reivindicar uma posição de reconhecimento e visibilidade em meio ao grupo. Pois, com a promulgação da Constituinte de 1934 a entrada de estrangeiros no país passou a ser cada vez mais controlada, dando início a um período de repressão e intolerância a grupos, como os japoneses. Altamente escolarizados, com amplo domínio da língua portuguesa e alunos das mais prestigiadas instituições de ensino à época – como a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e a Faculdade de Medicina – esses jovens estudantes passaram a formular respostas na tentativa de confrontar resistências à sua aceitação e incorporação social. Sob esse aspecto, as iniciativas mais marcantes foram a criação da Liga Estudantina Nipo-Brasileira (1934) e a publicação dos periódicos *Gakusei* (1935) e *Transição* (1939), que contaram com a participação de Yukishigue Tamura.

A sucessão geracional no grupo de lideranças da coletividade japonesa foi amparada e orientada por instituições como a Cooperativa Agrícola de Cotia e, principalmente, o Consulado Geral do Japão em São Paulo, inaugurado em 1914. Esse órgão diplomático centralizou a organização do modo de vida dos japoneses residentes na capital paulista até 1942, quando sofreu intervenção governamental do regime estadonovista. Mas se o acesso ao sistema educacional havia sido alcançado por privilegiados filhos de japoneses, o ambiente de intolerância e prisões arbitrárias no contexto da II Guerra pareciam informar que os seus projetos de incorporação e ascensão social, fortemente arraigados em um discurso pautado pela formação educacional, encontraram um limite, talvez inesperado: a dimensão política parecia se relevar central. Mesmo que esses jovens estudantes manifestassem publicamente a sua completa devoção à nação brasileira, isso pareceu não ter lhes assegurado insuspeição pelas autoridades policiais. Yukishigue Tamura foi detido em 9 de dezembro de 1942, bem como outros membros da Liga Estudantina, como Eduardo Yassuda (irmão de Fábio Yassuda), que viria a ser secretário de obras do município em 1967.

O intervalo democrático (1945-64), inaugurado com o fim do Estado Novo, ofereceu possibilidades inéditas a filhos de imigrantes na cidade de São Paulo em fins da década de 1940 (TRUZZI, 2009), o que de uma forma geral pode ser entendido em um movimento mais amplo de *transformismo da elite política paulista* (CODATO, 2008). Foi nos pleitos de 1947 que os primeiros políticos de origem síria, libanesa e japonesa foram eleitos. Yukishigue Tamura enfim alcançou o cargo de vereador do município de São Paulo em fins daquele ano, beneficiado pela cassação dos candidatos do Partido Social Trabalhista (PST). Ao longo de suas carreiras como deputados estaduais, os primeiros políticos de origem japonesa na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) estiveram empenhados na criação de projetos e leis no âmbito da agricultura, como a isenção de tarifas e subsídios aos pequenos produtores rurais, além de empreendimentos em parceria com o capital estrangeiro japonês². Concomitantemente, a Cooperativa Agrícola de Cotia, que contava com Fábio Yassuda em sua direção, passou a progressivamente ganhar notoriedade no cenário empresarial agrícola brasileiro, a ponto de ser considerada um dos maiores empreendimentos da coletividade japonesa. Ademais,

² DIAS, C. A. U., FRANCISCO, H. S., & CAVALLI JÚNIOR, J. (2008). *Os nikkeis na Assembléia de São Paulo*.

a cooperativa possuía estreitos laços com o núcleo de lideranças analisado, tendo a sua sede funcionado como espaço para reuniões periódicas do grupo.

Novamente pioneiro, Yukishigue Tamura foi o primeiro filho de japoneses a ocupar o cargo na ALESP (1951-55), e ao seu mandato se seguiram outros, como os de João Sussumu Hirata (1955-59 /1959-63), Shisuto José Muraiama (1955-59 /1959-63), Ioshifumi Utiyama (1959-63/1963-67) e Diogo Nomura (1963-67). Outra característica em comum a esses mandatos – além da mencionada ênfase conferida à agricultura – foi o envolvimento desses políticos e de membros daquele círculo de intelectuais na busca por retraduzir as categorias de representação da população japonesa na sociedade local visando a construção uma imagem associada a valores positivos.

O lugar de uma população não-branca de origem asiática passava a ser redefinido no contexto de um novo regime político no Brasil, sob a crença no mito da democracia racial. Aguardando, novamente, o reconhecimento do seu grupo de origem na sociedade local, agentes situados no plano intelectual, político e empresarial lideraram a criação dos repertórios simbólicos voltados à realização dessa empreitada. Entre outros personagens, podemos mencionar o protagonismo de Yukishigue Tamura e Fábio Yassuda. Além de frequentemente expor suas opiniões sobre assuntos relacionados à coletividade japonesa e às relações bilaterais Brasil-Japão, as suas imagens enquanto expoentes dos universos da política e dos negócios eram frequentemente associadas a uma narrativa exitosa da imigração em jornais e revistas de ampla circulação: uma espécie de personificação exemplar, cujo sucesso profissional e econômico oferecia indícios que pudessem atestar a “integração” dos japoneses na sociedade brasileira.

Entre as décadas de 1960 e 1980 foi possível observar uma gradativa presença de filhos de japoneses em cargos políticos municipais: nas eleições de 1976, por exemplo, Miyao (1980) afirma que sete (1,3%) dos 561 prefeitos eleitos no estado de São Paulo, dezoito (3,3%) dos 551 vice-prefeitos e cento e quarenta e oito (2,5%) dos 5.897 vereadores eram descendentes de japoneses. Entretanto, mesmo que a ampliação do número de candidatos de origem japonesa tivesse se processado ao longo de duas décadas desde o pleito de 1947, há de se observar que os cargos de maior centralidade nos núcleos de poder governamental dos anos de 1960 não eram ocupados por indivíduos que haviam investido em carreiras estritamente políticas.

Ao final da década de 1960, durante o regime militar, houve a conformação de um novo quadro de profissionais que caracterizou o regime autoritário brasileiro, ou a *tecnocracia*, se assim pudermos qualificá-los segundo os conceitos formulados por Octávio Ianni (2009). Possuem destaque, entre outros, os casos de Shigeaki Ueki³, Paulo Yokota⁴, Akihiro Ikeda e Eduardo Yassuda (irmão de Fábio Yassuda). Entre expoentes de outros grupos de imigrantes, possui destaque Paulo Salim Maluf⁵, filho de imigrantes libaneses que haviam alcançado sucesso nos mundo dos negócios em São Paulo. Sobretudo, eram recrutados para os cargos de poder decisório governamental aqueles indivíduos que, inseridos em determinadas instituições setoriais e possuindo boas relações com personagens centrais no governo militar, demonstravam deter certas credenciais, habilidades técnico-administrativas, ou eram expoentes do universo empresarial.

Fábio Yassuda parecia possuir algumas das características acima descritas, qualidades que à época de sua nomeação o tornavam um expoente do universo empresarial agrícola passível de compor os quadros governamentais – posição que possibilitava que suas declarações repercutissem e influenciassem, de maneira geral, o imaginário coletivo da população de origem japonesa. Mas a sua visibilidade enquanto figura pública havia sido construída com o respaldo da Cooperativa Agrícola de Cotia, empreendimento cujos dirigentes eram considerados as principais lideranças da coletividade japonesa.

Em outubro de 1969, Fábio Yassuda assim iniciou o seu discurso de posse ministerial: *“Assumo esta Pasta movido por profunda convicção interna. Em minha plena consciência, penso que o Brasil se encontra hoje diante de uma guerra, e para esta tem de mobilizar-se integralmente. Guerra do seu desenvolvimento, do seu engrandecimento, da sua afirmação histórica”*⁶. De maneira talvez sutil, seu discurso sugeria a

³ Shigeaki Ueki foi assessor do Ministro da Indústria e Comércio Paulo Egydio Martins durante o governo de Castelo Branco (1964-67), presidente Petrobras Distribuidora, Ministro de Minas e Energia do Brasil no governo Ernesto Geisel (1974-79) e presidente da Petrobras (1979-84) no governo de João Figueiredo (1979-85).

⁴ Paulo Yokota foi assessor do Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto, Diretor do Banco Central do Brasil (1971), Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (1979).

⁵ Paulo Salim Maluf ocupou os cargos de Presidente da Caixa Econômica Federal (1967-1969), Prefeito de São Paulo (1969-1971 e 1993-1996), Secretário dos Transportes do governo do estado de São Paulo (1971-1975), Governador do estado de São Paulo (1979-1982) e Deputado federal (1983-1987).

⁶ “Yassuda assume o MIC e convoca o País para 'a guerra do desenvolvimento e da afirmação'”. *Folha de S. Paulo*, 01 de novembro de 1969, p.5.

ressignificação das noções de conflito social presentes no imaginário coletivo sobre a guerra, dispondo-os sob um novo encadeamento semântico que dissociava as conotações negativas do confronto de qualquer grupo social que compusesse a nação. Ao transpor o sentido de conflito do plano cultural para o econômico, a sua fala tencionava validar uma significativa virada cognitiva no esquema simbólico coletivo anteriormente existente. Em seu discurso, o “inimigo” da nação brasileira não eram grupos de determinadas nacionalidades, e sim os empecilhos ao desenvolvimento, e a “batalha” contra esse inimigo assumia lugar no mercado.

Sua fala traduz um constructo, um conjunto de ideias produzido em um evento localizado, de dimensão restrita, cuja compreensão – mediante a identificação de interesses específicos ali existentes –, é dependente do exame de processos que possibilitaram que grupos minoritários passassem a ser paulatinamente reconhecidos e incorporados nos planos político, econômico e cultural na sociedade brasileira. Pois, além de interesses estritamente econômicos que a figura de gestor da Cooperativa fizesse à primeira vista prevalecer, é compreensível que, para o primeiro ministro de origem japonesa a ser nomeado em toda a trajetória diaspórica – um filho de imigrantes que havia presenciado no seu seio familiar a repressão política contra seu grupo de origem –, houvesse intenções subjetivas suficientemente válidas para subverter qualquer noção prejudicial e indesejável que o termo “guerra” pudesse expressar.

Fábio Yassuda havia conquistado uma posição estratégica na estrutura estatal de poder. Entretanto, ele ocupou o cargo de ministro somente por alguns meses⁷. Para além das várias versões existentes sobre a saída de Fábio Yassuda do ministério da Indústria e Comércio, o que procuro destacar aqui é que o seu caso é ilustrativo da ascensão de filhos de imigrantes nos núcleos de poder estatal em um regime político dotado de características singulares no âmbito do planejamento econômico. De uma forma geral, os desdobramentos da mudança de regime político se apresentaram para as lideranças de origem japonesa em São Paulo como um novo desafio de adequação, tanto do ponto de vista da estrutura burocrática, quanto em relação às benesses que a incorporação em núcleos de poder e de representação de interesses pudessem oferecer.

Ao evidenciar o intercâmbio entre as atividades econômicas, a política e a cultura, este trabalho oferece subsídios para esclarecer certas dinâmicas de relações próprias a

⁷ Ver a reportagem "Yassuda sai na segunda". *O Estado de S.Paulo*, 21 de fevereiro de 1970, p.1

grupos dirigentes na sociedade brasileira, e demonstra que a origem social dos agentes que a compõem são fatores determinantes para a compreensão de fenômenos como a inserção de filhos de japoneses na política. Este trabalho sugere que o seu exame pode ser desenvolvido considerando-se fatores biográficos e relacionais constitutivos da experiência migratória.

Referências

CODATO, A. (2008). “A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 89-105, jun, pp. 89-106.

HANDA, T. (1987). *O Imigrante japonês: História de sua vida no Brasil*. T.A. Queiroz.

HEINZ, F. (Org.) (2011). *História social de elites*. São Leopoldo, Oikos.

IANNI, O. (2009 [1971]). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ.

MIYAO, S. "Posicionamento social da população de origem japonesa". In: SAITO, H.(Org.) (1980). *A Presença japonesa no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz, pp.91-100.

SAKURAI, C. (1993). “Descendentes de japoneses e participação política - perfil de quatro políticos”. *XVII Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu.

TRUZZI, O. (2009). *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Editora UNESP, 2ª Ed..